



USP ESALQ – ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Veículo: Agência Senado

Data: 27/09/2011

Link: <http://www.senado.gov.br/noticias/>

Caderno / Página: - / -

Assunto: Cientistas discutem reforma do Código Florestal

Cientistas discutem reforma do Código Florestal



Elíbio Leopoldo Rech Filho, membro da Academia Brasileira de Ciências (ABC), e Ricardo Ribeiro Rodrigues, professor da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq-USP), são os convidados do debate aberto há pouco pelo senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) sobre a reforma do Código Florestal.

Os especialistas participam de audiência conjunta das comissões de Meio Ambiente (CMA), de Ciência e Tecnologia (CCT) e de Agricultura (CRA) e devem analisar aspectos referentes à inclusão, no código, de incentivos econômicos e financeiros para a manutenção de áreas florestadas nas propriedades rurais.

Representando, na audiência, a presidência da CRA, a senadora Ana Amélia (PP-RS) manifestou a expectativa de que os debates contribuam para o aperfeiçoamento do projeto de reforma do **Código Florestal** (PLC 30/2011), uma lei, observou ela, que deve compatibilizar o crescimento do agronegócio e a preservação ambiental.

O PLC 30/11, que modifica o Código Florestal (Lei 4.771/65), teve sua constitucionalidade aprovada na última quarta-feira (21) pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O relator, senador Luiz Henrique (PMDB-SC), não tratou das emendas apresentadas pelos colegas, prometendo analisá-las no âmbito da CCT e da CRA, nas quais também relatará a matéria. O senador Jorge Viana (PT-AC) é o relator na CMA.

Também na semana passada, o presidente da CCT, senador Eduardo Braga (PMDB-AM), previu que o Código Florestal seria votado em até 20 dias na comissão. Ele disse ter convicção de que, já nessa etapa, o projeto passará por mudanças importantes em relação à proposta aprovada na Câmara dos Deputados em maio, do deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP).

Eduardo Braga pretendia anunciar também nesta terça-feira o calendário de tramitação do PLC 30/11 na comissão que preside. Na CCT, a proposta poderá receber outras emendas, além das apresentadas na CCJ, uma vez que se abre prazo para isso sempre que o projeto segue a uma nova comissão. O próprio Eduardo Braga informou que apresentará 12 emendas, a maioria tratando de incentivos econômicos e financeiros para estimular a preservação de áreas florestadas.